

Érik Neveu

Sociologia do jornalismo

Tradução
Daniela Dariano

Com o texto de
Manoel Marcos Guimarães
"Sociologia do jornalismo: o caso Brasil"



Edições Loyola

Portifólio: seleção de artigos produzidos por um jornalista. Serve de cartão de visita profissional na lógica de carreira.

Redatorial (jornalismo): designa um jornalismo mais orientado para o tratamento (formatação de textos alheios, gênero editorial ou comentário) de uma informação que ele não coletou. Corresponde de forma imperfeita à noção inglesa de *processor*. Em francês, *assis* (sentado).

Repórter televisivo: jornalista de texto e imagens. Profissional capaz de produzir a íntegra de uma reportagem (imagens, som, redação) e, eventualmente, de assumir a edição e até a difusão.

Sucursal: numa cidade, equipe mais ou menos importante de jornalistas encarregados de cobrir a atualidade local para uma publicação regional.

Soft news: informações não diretamente retiradas da atualidade quente. Enquanto o *hard* toma por base o acontecimento, o *soft* se baseia em temas como perfis, estilos de vida, evocação a mudanças de comportamento a longo ou médio prazo, informação de serviço ou consumo.

Tablóide: formato compacto de jornal (29x37 cm) usado pela imprensa popular britânica (*Sun*). Designa, no Reino Unido, a imprensa popular, por oposição aos jornais “de qualidade” de grande formato (*standard*). Deu origem ao termo pejorativo tabloidização, que conota a busca do sensacionalismo.

Para um léxico mais completo, ver ALBERT, 1989

Origens de uma profissão

Nem sempre é fácil, ou possível, acompanhar as mediações pelas quais o passado do jornalismo se inscreve em nosso presente. Mas essas influências são bem reais. O estatuto atual do jornalista francês vem de uma lei de 1935 cujos dispositivos podem ainda hoje explicar a pequena quantidade de jornalistas franceses formados numa das escolas de jornalismo. Muitas publicações importantes da imprensa diária e especializada são as herdeiras — às vezes ilegítimas — dos jornais nascidos no período entre as duas guerras mundiais. O prêmio Albert Londres, que recompensa anualmente um trabalho de reportagem, faz referência a uma grande figura do jornalismo da Terceira República.

Estudar a história social do jornalismo é, portanto, uma necessidade. Seus riscos são evidentes: o de uma regressão ao infinito, que irá até *La Gazette* de Renaudot (1630) procurar os primórdios do jornalismo; o de afundamento numa cronologia de aparições de títulos e de fórmulas editoriais; o de balanço de tiragens. Excelentes trabalhos estão disponíveis sobre essas questões (BELLANGER et al., 1975; CHARON, 1991). A opinião man-

tida aqui consiste antes em valorizar uma comparação entre o jornalismo francês e o de língua inglesa a fim de colocar em evidência dois modelos opostos (CHALABY, 1998). Um segundo esclarecimento virá de uma breve incursão pela reflexão sociológica sobre a noção de profissão aplicada ao jornalismo.

O modelo anglo-americano

Um número crescente de pesquisas sobre a história do jornalismo (SCHUDSON, 1978; CHALABY, 1998) concorda em localizar na Grã-Bretanha e, mais ainda, nos Estados Unidos a origem das práticas jornalísticas que constituem hoje a norma de referência dessa profissão. Cinco pontos centrais podem situar esse modelo anglo-americano.

PRÁTICAS
JORNALÍSTICAS
QUE
BALIZAM
A
PROFISSÃO

"Facts, facts, facts"

MODELO ANGLÓ-AMERICANO: FACTUAL

CENTRALIDADE DO

①
COLETA
DE
INFORMAÇÕES
↓
ESSA
ORIENTAÇÃO
DEFINIU UM
MODELO
DE PROFISSÃO

O primeiro marca a importância da dimensão da coleta de informações (news-gathering). O jornalista americano se definiu antes de qualquer coisa como um profissional da busca por notícia. As encarnações heróicas dessa figura são as do grande repórter, do muckracker que desencava os escândalos. A aparição dos jornais baratos da Penny Press, simbolizada pelo lançamento do *New York Sun* em 1833, consagra esse jornalismo orientado para a coleta do fato. Os rituais elementares da prática jornalística — como as idas e vindas à delegacia, atrás das notícias policiais, e à prefeitura (onde acontecem os casamentos na França) em busca das fofocas sobre casamentos e

TAREFAS
COMPETÊNCIAS

ESCRITURA ESPECÍFICA

JORNALISMO COMO
ATIVIDADE PENSÁVEL
COMO PROFISSÃO A PARTE

divórcios — nasceram nos Estados Unidos. Essa orientação definiu um modelo de profissionalismo. Ser jornalista supõe um relato de campo, a constituição de uma agenda de endereços e das habilidades ligadas a tomar notas, a apurar a informação, ao domínio da situação na entrevista. Gêneros jornalísticos que parecem hoje evidentes nasceram nos Estados Unidos dessa busca pela informação. O nascimento da reportagem é grandemente ligado à cobertura da Guerra da Secessão. A entrevista também será inventada nos anos 1860, e as polêmicas suscitadas na França pela conduta inconveniente que consiste em questionar um presidente dos Estados Unidos ou um papa (SCHUDSON, 1995) mostram o quanto não era pacífica a aceitação da inovação. Associando assim à prática jornalística tarefas, competências, uma escritura irredutível à de atividades preexistentes (escritores, políticos), o modelo anglo-americano fez do jornalismo uma atividade pensável como uma profissão à parte, abrindo a seus praticantes perspectivas de carreira. Schudson (1978) observa esse processo através da evolução de estereótipos. Personagem usualmente caricaturado sob os traços do jornalista superficial de cidade pequena, negligente, alcoólatra, pouco culto, o jornalista americano adquire, a partir de 1850, uma respeitabilidade que atesta a valorização do repórter.

A centralidade do factual está ligada a um segundo traço do jornalismo anglo-saxão: a predominância do discurso da objetividade, construída em torno de uma desejada reconstituição dos fatos, separando informação e comentário. Um cartaz fixado na redação do *Chicago Tribune* nos anos 1880 diz simplesmente: "Quem? O quê? Como? Quando? Onde?". O redator do *Philadelphia Tribune* anuncia que, se o título deve expressar uma opinião, só ele está habilitado para a tarefa (SOLOMON e

② PREDOMINÂNCIA DO DISCURSO DA OBJETIVIDADE

CRENÇA NA OBJETIVIDADE
COMO NORMA PROFISSIONAL

McCHESNEY, 1993). Essa crença na reconstituição objetiva dos fatos imaculados é uma grande ilusão (ver capítulo IV). Mas, transformada em norma profissional, produziu efeitos. Ela estimula uma espécie de olhar objetivo que procura uma descrição clínica dos acontecimentos, põe os indivíduos e os fatos como objetos de observações frias, desconfia do comentário, identificado como palavrório. O resultado dessas orientações é a desvalorização das formas empoladas de expressão, dos registros polêmicos ou normativos, em nome de uma escrita sóbria e descritiva. Esse estilo pode, em parte, se explicar pela capacidade de condensação da língua inglesa, dominada por um léxico de palavras de duas ou três sílabas (PALMER, 1996). Mas se uma cultura francesa pode denunciar nessa forma de escrita uma ausência de tempero, ela não é, contudo, privada de estilo, nem condenada à baixeza de estilo. Um jornalista-escritor como Hemingway é prova disso.

DESA-
LIGADA
DA DA
FURUBS
EMPOA-
DO IS
EXPRESSO
↓
ESCRITA
SÓBRIA E
DESCRITIVA

Utilitarismo, lógica empresarial e profissionalização

3

Muito cedo no século XIX se desenvolve nos Estados Unidos uma imprensa que responde às necessidades práticas e cotidianas, ligadas ao mundo agrícola em particular. Os jornais diários da costa Leste dão precocemente uma importante atenção às informações econômicas sobre os mercados, sobre o movimento dos navios de comércio. A busca por leitores se traduz também na multiplicação das editorias de serviço, que vão de receitas de cozinha às crônicas religiosas. Depois do utilitarismo, um quarto traço do jornalismo anglo-americano deriva do status da imprensa como atividade empresarial. O magnata da imprensa Roy Howard declarava: "Nós viemos a Detroit

UTILI-
TARISMO

4

IMPRESA
COMO
ATIVIDA-
DE

COMERCIAL → "MERCADOS DE NOTÍCIAS" → BARÕES DA IMPRENSA SÃO EMPRESÁRIOS CAPITALISTAS EM VEZ DE SOLDADOS INTER

simplesmente como mercadores de notícias. Estamos aqui para vender a publicidade, e vendê-la a um preço vantajoso para aqueles que investirem nela. Mas nós devemos antes produzir um jornal com informações atraentes, que aumentarão sua circulação e deixarão a publicidade mais eficaz" (SOLOMON e McCHESNEY, 1993). Os barões da imprensa (Pearsons, Northcliff, Hearst) serão os primeiros a constituir grupos de jornalismo economicamente poderosos. As causas dessa situação são múltiplas (CHALABY, 1997). São econômicas: a concentração da imprensa reflete o desenvolvimento mais rápido do capitalismo nos países anglo-saxões. A luta pelos mercados passa também pelo uso precoce da publicidade. No fim do século XIX, diversos diários americanos encontram nela 60% de suas receitas, quando Le Petit Parisien ultrapassa com dificuldade os 10%. O direito também tem seu papel. A liberdade de imprensa está consolidada desde 1791 nos Estados Unidos; ela se afirma na Grã-Bretanha nos anos 1830. Essa segurança jurídica, que não será estabelecida na França antes de 1881, permite a publicação de um jornal como atividade mercantil, livre da ameaça de sanções. A urbanização mais precoce constitui um outro elemento de baixo custo de difusão e de ampliação dos leitores. Mas o que se deve enfatizar são os efeitos dessa concentração econômica da imprensa sobre o jornalismo. A lógica de maximização das audiências é indissociável do discurso utilitário e do interesse factual já observados. Os barões da imprensa são empresários capitalistas antes de ser soldados intermediários de forças políticas, o que dissocia o jornalismo do engajamento partidário. A lógica empresarial contribui assim para uma profissionalização forçada. O jornalista americano, e aí está a última de suas singularidades, não

INDIÁRIOS DE FORÇAS POLÍTICAS

5

SEMI-ARTISTA
JORNALISTA COMO ASSALARIADO X SEGUIDOR PARTIDÁRIO

é um semi-artista ou um seguidor partidário, mas um assalariado. Sua remuneração depende da originalidade das informações coletadas. A indignação de uma jornalista nova-iorquina no fim do século passado o prova: o homem que acabamos de retirar do mar no porto não morreu... foi um simples acidente cujo relato valerá dois dólares, quando um suicídio bem-sucedido nos daria seis! Essa racionalização reforça uma habilidade profissional à base de técnicas, de capacidades de investigação, de uma escrita normatizada, que demanda desde o fim do século passado, cursos de jornalismo nas universidades.

O jornalismo à francesa

Entre literatura e política

A singularidade inicial do jornalismo francês poderia ser expressa numa fórmula paradoxal: até o nascimento da imprensa popular na Belle Époque, os jornais são feitos sem jornalistas: os artigos são redigidos por colaboradores. Mas eles não praticam essa atividade como um trabalho à parte, com suas próprias habilidades, sua lógica de carreira. Trabalhar para um jornal é uma posição de expectativa pelas verdadeiras carreiras da literatura e da política. Balzac descreve esse fenômeno em *Ilusões perdidas* e, mais ainda, em sua *Monografia da imprensa parisiense* (1843), que desenvolve uma tipologia de seus colaboradores de imprensa. Ela deixa bem visível o *status* "vazio" do jornalismo. Ele abre o caminho para o sucesso, ou esteriliza aqueles que se prendem a ele. Os "pequenos jornalistas, debutantes, mais ou menos poetas, se inquietam nesses

JORNALISMO
COMO
EXPECTATIVA
PELA
LITERATURA
E
POLÍTICA

→ BALZAC E O STATUS
VAZIO DO JORNALISMO

Olhares cruzados sobre dois modelos de jornalismo

O modelo "americano" visto de Paris

"Um acervo disforme, indigesto, pequenos fatos que caem uns sobre os outros, sem que nenhum fermento de idéias ponha em questão e faça fermentar essa massa" (Francisque SARCEY, *L'Opinion nationale*, 1865).

"A informação em excesso [...] transformou o jornalismo, matou os grandes artigos de discussão, matou a crítica literária, deu cada dia mais espaço às notas, às notícias grandes e pequenas, ao processo-verbal das reportagens e das entrevistas" (Émile ZOLA, 1888).

"O que vemos no presente são fatos: cada um tira a conclusão que lhe apraz. Será preciso para isso adotar sem modificação a fórmula americana? Não. A informação como os americanos a compreendem [...] deve certamente ser a base do jornalismo moderno. Mas, na França, precisamos de algo mais. Somos refinados demais para nos contentar com uma reportagem seca. E, depois, o comerciante, o político não são os únicos a ler o jornal. Existem escritores, artistas, e também existem as mulheres, que se interessam muito pouco pela informação banal e brutal. Por isso, duas necessidades: reerguer a reportagem, confiando-a a escritores de talento; e, em segundo lugar, criar um grande espaço à parte puramente literário" (Fernand XAU, dono do *Journal*, 1892).

O modelo francês, visto por correspondentes estrangeiros em Paris

"Se eu leio a imprensa de Paris para me distrair, eu leio a de Londres para me informar o mais precisamente possível sobre os acontecimentos do meu tempo" (Theodor HERZL, correspondente da *Neue Freie Presse* de Viena, 1902).

"Os jornais alemães, ingleses, belgas, italianos, suíços são informativos e instrutivos, mas geralmente mal escritos e tediosos.

O jornal de Paris não informa nada, ou explica de forma incompleta, mas é interessante mesmo assim, porque seus jornalistas são os primeiros do mundo na habilidade da escrita e na arte de manejar um artigo" (Édouard SECRETAN, correspondente de *La Gazette de Lausanne*, 1902).

"O desejo profundo dos jornalistas franceses é contar aquilo que eles pensam e não ser intermediários entre o acontecimento e o público. Meus colegas daqui não procuram cobrir a Alemanha de uma maneira sóbria, estatística. Querem fazer parte da imagem que eles têm da Alemanha" (correspondente de um semanário alemão, 1983).

"Você acaba de fazer uma longa reportagem, você a transmite a seu chefe de redação, que não gosta dela. Nos países anglo-saxões, o jornalista volta a campo. Na França, ele se tranca em seu escritório. Ele pensa" (correspondente americano em Paris, *Televisão*, 1982).

Fontes: PADIOLEAU, 1983; FERENCZI, 1993; DELPORTE, 1999

jornais sonhando com posições elevadas, atraídos por Paris como mosquitos pela luz [...]. Eles caem exaustos e se transformam em empregados dentro de qualquer ministério". Por outro lado, se excluirmos os "camarilhistas", que registram em taquigrafia os debates parlamentares, nenhuma competência profissional específica é requisitada. Nenhum dos personagens descritos faz entrevistas. A competência dos jornalistas é literária, feita de talento polêmico, de pirotecnia retórica. Múltiplas premissas manifestam essa inclinação literária do jornalismo francês. As publicações que fazem decolar uma imprensa de massa (*La Presse*, de Girardin, em 1839; *Le Petit Journal*, de Millaud, em 1863) se utilizam de um produto de apelo que é o folhetim

1
 C
 T
 L
 T
 A
 F
 L
 FOLHETIMS REDIGIDOS POR CÉLEBRES PENAS

redigido por célebres penas (Balzac, Dumas, Hugo, Sue). De Zola a Camus, essa tradição de cooperação tornou-se um traço do jornalismo francês, cujos monstros sagrados (Londres, Bodard) associam a figura do escritor à do repórter.

O segundo tropismo do jornalismo francês é político. A maioria das publicações se identifica com tendências políticas, mais tarde com partidos. Sob a Terceira República, diversos jornalistas empreendem carreiras políticas (FERENCZI, 1993). Para os políticos eleitos, o controle de um diário é uma fonte estratégica nas lutas parlamentares, na política local. Essa tradição se impõe duradouramente na prática profissional, a ponto de, até o início da Quinta República, um jornalista político tornar-se um jornalista portador de opiniões políticas (DARRAS, 1997). A permeabilidade da imprensa francesa à política se ilustra pela eficácia das táticas de repressão, de corrupção e de influência empregadas pelos governos. A prática remonta a Guizot, inventor de um "escritório do espírito público" dirigido aos jornalistas amigos dos editoriais estereotipados, com a opinião média a ser seguida. O audiovisual confirmará essa tendência (BOURDON, 1994).

O jornalismo francês marca assim sua diferença do modelo anglo-americano. A dimensão do *news-gathering* se mantém pouco desenvolvida por um longo período. A excelência profissional se fixa sobre o domínio e o brio do estilo, a capacidade de defender uma linha editorial. Os conteúdos de informação jornalística, que valorizam críticas, pequenos artigos e crônicas, traduzem o peso do comentário, de um metadiscorso sobre a atualidade que privilegia a expressão das opiniões e transforma o acontecimento em pretexto para exercícios de estilo brilhantes e desenvoltos.

LD
 • DOMÍNIO E BRIO DO ESTILO
 • CAPACIDADE DE DEFENDER A LINHA EDITORIAL

2
 IDENTIFICADO COM
 FIGURAS
 COM
 TENDÊNCIAS
 CLAS
 POLÍTICA
 E PARTIDOS
 A
 CONROL
 DE OM
 DIVERS
 FONDA-
 MENTAL
 NA
 LUTA
 POLÍTICA

Uma profissionalização tardia e descontínua

Trabalhos recentes (MARTIN, 1991; RUELLAN, 1993, 1997; DELPORTE, 1999) enfatizam a lentidão do processo de institucionalização de uma identidade profissional de jornalistas na França. A lei de 1881 sobre a imprensa põe fim às múltiplas formas de censura explícita ou disfarçada. Esse quadro jurídico liberal facilita a liberdade da imprensa diária e o desenvolvimento da população de jornalistas. Eles são 4.000 em 1890, 6.000 em 1900. A especialização dos salários e a hierarquização se desenvolvem. Mas uma profissão organizada permanece distante. Uma rede de amigos, de reciprocidades, de associações se forma (DELPORTE, 1999). Mas nenhuma dessas estruturas pode, nem pretende verdadeiramente, representar uma profissão cuja identidade se mantém enfraquecida. O *Bel-Ami* de Maupassant (1885) sugere essa imprecisão da profissão. Introduzido no jornalismo por um amigo, esse velho suboficial se revela inicialmente medíocre redator. Seu primeiro aprendizado profissional consiste em "maquiar" uma entrevista. *Bel-Ami* não manifesta nenhuma espécie de vocação. Seu trabalho de jornalista surge como um simples instrumento de sucesso social, por via do mundo político e do mundo dos negócios obscuros.

A Primeira Guerra Mundial vai servir de detonador para a institucionalização da profissão. A imprensa francesa sai desacreditada de um conflito em que serviu, sem pudores, à propaganda oficial. O sindicato dos jornalistas foi criado em 1918 com o apoio das associações anteriores. Ele reagrupará 75% dos profissionais em 1939. Sua iniciativa fundadora é a redação em 1918 de uma carta deontológica. Trata-se de um instru-

1918: CARTA DEONTOLÓGICA → INSTRUMENTO DE REABILITAÇÃO MORAL DA PROFISSÃO

1924 - LILLE - 1ª ESCOLA DE JORNALISMO

1935 - ESTATUTO DOS JORNALISTAS (CONJUNTO DE DIREITOS NO DOMÍNIO DO TRABALHO) DEFINIÇÃO DA PROFISSÃO Origens de uma profissão 31 TRABALHO

MANUTIDA ATÉ HOJE: É JORNALISTA QUEM GANHA A PROFISSÃO mento de reabilitação moral da profissão, que busca consolidar o grupo em torno de uma referência ética e opor-se aos "falsos jornalistas" amadores. É, então, depois da guerra que os jornalistas católicos criam em Lille, em 1924, a primeira grande escola de jornalismo. Sem detalhar aqui muitas etapas (RUELLAN, 1997), será tomado o ano de 1935 como data-chave, com a aprovação pelo Parlamento do estatuto dos jornalistas, que definiu um conjunto de direitos no domínio do trabalho e da proteção social. Ele construiu sobretudo uma fronteira, reservando a denominação "jornalista" às pessoas reconhecidas como tais por uma "comissão da carteira de identidade profissional" da qual fazem parte os patrões da imprensa e jornalistas. Retornado sem grandes modificações dos textos de 1935-1936, o atual artigo L 761-2 do código do trabalho francês estabelece: "O jornalista profissional é aquele que tem por ocupação principal, regular e remunerada o exercício de sua profissão numa ou em diversas publicações diárias ou periódicas, ou dentro de uma ou mais agências de notícias, e que de lá tira o principal de seus recursos".

Essa vitória corporativa é enganosa. Ao mesmo tempo em que o sindicato dos jornalistas fala de uma "Ordem dos Jornalistas", a comissão da carteira não dispõe de nenhuma forma de poder do tipo disciplinar. Ela não faz mais do que constatar um fato material: é jornalista aquele que ganha sua vida com seu trabalho. A definição exclui da profissão aqueles que o sindicato vem denunciando há anos: "Comerciantes, livreiros, instrutores, professores, secretários de prefeitura, funcionários de todos os tipos [que] tomam o lugar dos profissionais". Ela consagra também a imprecisão de uma profissão para a qual nenhuma condição de entrada é requisitada.

REFERÊNCIA ÉTICA

SEM REPRESENTAÇÃO FORMAL IDENTIDADE ENFRAQUECIDA

REDE DE AMIZADES, DE RECIPROCIDADES, DE ASSOCIAÇÕES

FISSÃO COM SEU TRABALHO
↓ IMPRECISÃO PROFISSIONAL SEM COMP. DE ENTREGA RECOM. SEM PARA O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO

Os limites de uma oposição

A comparação dos modelos anglo-americano e francês mostra que muitos traços que especificaram o jornalismo francês são profundamente dissonantes das normas do jornalismo "americano" que se tornaram a referência na maior parte dos países do mundo. Ela convida também a procurar o porquê das diferenças, a identificar, por exemplo, a extrema importância das relações de força entre jornalismo, campo político, campo cultural, e a perceber que o peso do econômico sobre a profissão não é em seu princípio uma inovação dos anos 1990. Mas, ao estilizar as diferenças para suscitar as questões, há o risco também de abusar dos contrastes.

O jornalismo de língua inglesa constitui na verdade um "modelo" mais variado do que o sugerem muitas descrições. O jornalismo que vence finalmente em Londres e Nova York não chega a essas cidades antes de ter superado a forte concorrência de uma imprensa politizada, ou seja, uma enorme veiculação clandestina de publicações não-registradas ligadas ao mundo operário nascente na Grã-Bretanha (CHALABY, 1998), ou, nos Estados Unidos, uma longa tradição de jornalismo político, ligado à construção das máquinas partidárias (COOK, 1998). Ocultar meio século em que um jornalismo engajado teve um papel central equivale a reescrever a história do ponto de vista dos vencedores. Por outro lado, a base de princípios e valores próprios ao modelo americano não implica em nada um modelo único e pasteurizado de escrita. A orientação para o factual não exclui uma gama de estilos que se devem tanto às habilidades do escritor quanto às do gráfico. Essa

variedade, que Schudson (1978) formaliza no binômio Story/Information, se observa desde os anos 1880.

A representação de um jornalismo à americana, cronicamente desprovido de qualquer subjetividade, é, enfim, uma mitologia cansada. Nos anos 1920, depois na década de 1960 (SCHUDSON, 1978), o mundo jornalístico americano passa por uma rediscussão de suas práticas. Nos dois casos, trata-se da tomada de consciência do peso crescente dado às fontes e instituições oficiais na fabricação da informação publicada ou veiculada: descoberta assustadora do papel das relações-públicas,

o papel das relações públicas
já nos anos
1920

"Story" contra "Information"

Pulitzer resgata em 1883 o *New York World*, onde vai promover o que Schudson designa com o termo *Story*, a "narrativização" da informação. Trata-se de valorizar uma informação local, prática, a cobertura dos escândalos e dos acontecimentos sensacionais, e de lhe dar formalmente a velocidade e o poder de reconstrução do real de uma narrativa realista. Elizabeth Cochran se torna, assim, célebre por suas reportagens: disfarçada de imigrante, ela testa a recepção em Staten Island saltando, no porto, de um navio para a água, com o objetivo de verificar a eficácia dos serviços de segurança. Essa mistura de emocional e utilitário atinge um público popular, imigrante, visa socializá-lo na América ou simplesmente à língua inglesa (por isso as manchetes, os relatos breves em vocabulário simples). Essa orientação jornalística apressa uma política precoce de preços baixos que maximiza os leitores e as receitas publicitárias.

A partir dos mesmos marcos da utilidade e do factual, o *New York Times* propõe um texto jornalístico mais ascético, mais

rigoroso e mais distanciado: a informação desprendida ao máximo de toda matriz narrativa. Seu *slogan*, *All the news that's fit to print* (Toda a informação que merece ser publicada), sugere a exaustão e a recusa a uma informação inconveniente. A publicação reivindica também “não manchar a toalha do café da manhã” (alusão ao papel amarelo e ao conteúdo da *Penny press*... mas implicitamente também ao nível social dos leitores do *Times*). Se o leitor do *World* pertence aos mundos do popular e da imigração, dos quais é preciso chamar a atenção e a quem se deve explicar a selva urbana, o do *Times* é percebido como mais preparado cultural e socialmente. Ele não precisa da isca dos relatos, mantém sua distância das inconveniências do sangue e do escândalo de uma só vez. É um *homo economicus* que precisa de informações precisas, sobre assuntos sérios, úteis para os negócios.

Fonte: SCHUDSON, 1978

cujos comunicados e pautas vêm, às vezes, tomar conta da metade do conteúdo jornalístico dos diários nos anos 1920; exasperação nos anos 1960 diante do talento do grupo político para multiplicar os “golpes midiáticos”, que são também armadilhas para jornalistas. A resposta a esse movimento, visto como manipulação, toma majoritariamente a forma de um enraizamento das opiniões preconcebidas por pesquisas, teorizado por Walter Lipmann no fim dos anos 1920 num discurso da objetividade. Mas dar mais espaço à subjetividade, aos comentários, à contextualização surge também como uma outra resposta ao jogo dos especialistas em “relações públicas”. O manual clássico *Reporting for Beginners*, de McDougall, torna-se, assim, em 1938, *Interpretative Reporting*. O *New Journalism* dos

anos 1960 (ver capítulo IV) expressará um outro ímpeto dessa visão subjetiva e literária do jornalismo. Acrescenta-se a isso o fato de que uma das maiores inovações da imprensa britânica desde os anos 1980 (TUNSTALL, 1996) reside no papel crescente dos colonistas, cujos artigos e editoriais correspondem aos gêneros interpretativos reputados aos franceses.

Ao mesmo tempo, a história do jornalismo francês é também a de um processo permanente de importação e de adaptação de fórmulas jornalísticas anglo-saxãs. O fato é visível desde 1885, na maneira como *Le Matin*, de Xau, vem introduzir uma atenção maior à coleta dos fatos, à reportagem. É também patente no período entre as duas guerras mundiais. A maior parte dos sucessos editoriais da época se deve às importações pelo grupo Prouvost: *Paris-Soir* (1931) copia as receitas dos tablóides britânicos; *Paris-Match* decola depois de 1938, inspirando-se em *Life*. Longe de se isolar numa arrogante marginalidade, o jornalismo francês, então, se hibridizou muito. Mas suas importações raramente são feitas sem uma sensível adaptação dos empréstimos: valorização da reportagem, mas confiando-a a escritores ou jornalistas reconhecidos por seu estilo.

Uma identidade profissional flexível?

Uma profissão fracamente institucionalizada

As origens do jornalismo também impõem a pergunta de o que é a profissão de jornalista, no duplo sentido de uma gama de habilidades e de uma profissão organizada por regras.

O QUE É A PROFISSÃO
L GAMA DE L PROFISSO ORGANIZADA POR REGRAS
HABILIDADES

CRITÉRIOS QUE
DEFINEM UMA
PROFISSÃO

36

Sociologia do jornalismo

- 1 CONDIÇÕES DE ACESSO
- 2 MONOPÓLIO SOBRE A ATIVIDADE
- 3 CULTURA E ÉTICA
- 4 COMUNIDADE REAL

↓
APLICAÇÃO
DO
DEFINIÇÃO
JENOS
*
AMBIGUI-
DANTE DA
PROFISSÃO

A sociologia funcionalista produziu uma abundante literatura sobre a noção de profissão (CHAPOULIE, 1973). Resumindo ao máximo, tomaremos quatro critérios. Uma "profissão" supõe condições formais de acesso à atividade (diploma, certificado). Ela detém um monopólio sobre a atividade que rege, como o ilustra a organização dos advogados ou a dos médicos. Ela dispõe de uma cultura e de uma ética que pode fazer valer pelos meios contratuais que o Estado lhe outorga (é o caso das ordens profissionais). Ela forma, enfim, uma comunidade real: seus membros atribuem a ela o essencial de sua energia social, são conscientes de ter interesses comuns.

Basta procurar aplicar essa definição ao jornalismo para ver as ambigüidades dessa "profissionalização". Existe um estatuto legal do jornalista francês. Mas a atribuição da carteira de jornalista não depende juridicamente nem de um nível de formação determinado nem da posse de um diploma de jornalismo. O fato não impede os jornalistas de dividirem concretamente um repertório de competências. Ele assinala que esse domínio pode ser muito desigual e que essas competências se aprendem com frequência no local de trabalho. Não existe, então, um bilhete de entrada *stricto sensu*. Por essa razão, a noção de "monopólio" nesse acesso ao jornalismo tem apenas um significado frágil. A comissão da carteira entrega um documento oficial, é claro. Mas não faz mais do que registrar a realidade de quem já está na imprensa e não proíbe os não-titulares da carteira de praticar as atividades dos jornalistas com carteira, como o prova o fato de os animadores de televisão entrevistarem dirigentes políticos. A existência de uma "comunidade real" é equívoca. Claro, os titulares de carteira são jornalistas em "tempo inte-

- 1
- 2
- 4

gral". Sobre certos pontos, o sentimento de ter interesses compartilhados se verifica, como mostraram, em 1996, as greves contra o recolhimento fiscal de 30% reservado à profissão. Mas a divisão das funções, das mídias, das especialidades, dos lugares e tempos de trabalho compreendidos dentro de uma mesma empresa tende, apesar disso, a desenvolver uma fragmentação (CHARON, 1993) do mundo jornalístico e a sugerir que o sentimento de pertencimento a uma comunidade funcione de um modo antes de tudo reativo, em face da "crítica" que vem de intelectuais, de juízes, de políticos.

X Restam os critérios de uma ética e de uma cultura compartilhada. Os trabalhos de Remy Rieffel (1984), baseados numa parte da elite dos jornalistas, sugerem a realidade de visões compartilhadas do papel profissional. Muitos jornalistas vivem seu trabalho como uma missão de serviço à população, a quem eles levam informações úteis. Ser jornalista é ser o "mediador" que deixa visível a vida social, o "pedagogo" e o "organizador" que põe clareza no caos dos acontecimentos. A identidade compartilhada traz também à tona o jornalista como peça da democracia, e até como agente ativo do contrapoder (PLENEL, 1996). Verbalmente, pelo menos, o consenso profissional se faz também sobre uma ética simbolizada pela Carta de Princípios de 1918. Um elemento muito menosprezado de uma cultura jornalística leva também a uma forma poderosa de investimento inseparavelmente psíquico e profissional. Esquecendo suas conotações pejorativas, as imagens da "atualidade como droga" para o "jornalista viciado no acontecimento" não são impróprias para descrever essa dimensão emocional, a descarga de adrenalina que acompanha a exaltação de ter um furo, de estar no camarote para cobrir um momento importante da vida social.

Cultura: jornalista se vê como pedagogo, organizador, agente do contrapoder

ética da Carta de Princípios 1918

Essa cultura-ética profissional encontra, no entanto, seus limites. O primeiro leva à fragmentação crescente do meio. É mais difícil para o responsável por uma redação de uma área rural do que para o grande repórter manter o sentimento de cavalgar sobre um acontecimento importante, assim como é menos evidente para o *freelancer* de uma revista de informática do que para o jornalista político sentir-se como um auxiliar da democracia. Mais ainda, deve ser observada a ausência de mecanismos corporativos de sanções efetivas às infrações a uma deontologia fixada. Desde o semanário que publica conversas ilegalmente interceptadas no celular de um outro jornalista até o escândalo do sangue contaminado, a profissão não tem nem o poder nem a vontade de aplicar sanções a esses comportamentos.

Vantagens e riscos de uma profissão sem fronteira

Então o jornalismo não entra na categoria sociológica das "profissões" organizadas? Mas onde reside o problema? Uma primeira resposta consistiria em se perguntar se ele não reside justamente nos pressupostos da análise funcionalista. Seria desejável que uma profissão fosse organizada. O jornalismo seria melhor se seus praticantes saíssem de escolas especializadas, se a profissão controlasse melhor seus membros. Semelhante ponto de vista pode ser defendido. Ele supõe, entretanto, que sejam pesados os inconvenientes das profissões organizadas (as ordens profissionais francesas só têm virtudes?) e que não seja dado como um enunciado científico o que é também uma visão normativa das profissões.

Uma outra resposta consiste em se colocar do ponto de vista dos jornalistas. A imprecisão de seu funcionamento pro-

fragmentação de comportamentos
+
ausência de mecanismos de
sanções & bases deontológicas

sem
organização

falta de organização trouxe mais vantagens que
prejuízos
↳ incorporação de novas mídias
↳ integridade de competências (jorn. científicos)

fissional mostrou a eles mais vantagens do que prejuízos, o que Ruellan (1993) argumenta com a noção de "profissão de fronteira". Fronteira vale aqui em seu sentido americano: não um limite balizado e controlado, mas uma faixa móvel. Concretamente, a conduta em relação à fronteira consistiu, para o jornalista, em anexar ao longo do tempo novas atividades, ligadas às novas mídias (rádio, TV, Internet). Essa soma de tarefas inéditas veio confortar o grupo. A ausência de exigência de diplomas específicos permitiu integrar à profissão uma grande variedade de competências que contribuíram para sua eficácia (jornalismo científico). Ela evita que a profissão tenha de suportar a responsabilidade de uma superpopulação de diplomados dotados de uma espécie de "direito de exercer", situação já ilustrada na França pelos traumas da superpopulação de médicos.

O fato de que a exigência de um diploma específico nunca tenha sido uma palavra de ordem dos profissionais do jornalismo se explica em parte pela dimensão mimética de certos aprendizados do jornalismo. Ruellan observa também que as carreiras do jornalismo funcionaram como meios de promoção ou de restabelecimento social para os autodidatas ou jovens de classe média em dificuldades com a lógica escolar. Pensa-se erradamente que os agentes cujas carreiras são feitas às vezes driblando os diplomas tornam-se os mestres da qualificação escolar. Diferentemente do médico ou do universitário, o jornalista não deve seu prestígio social a um curso longo ou seletivo, mas a outros recursos: qualidade de expressão, visibilidade social, proximidade dos poderosos, coragem do correspondente de guerra. A conclusão desse raciocínio centrado sobre o ponto de vista jornalístico sugere o tema da força de grupos imprecisamente definidos posta em evidência por Luc

Boltanski (1984) a respeito dos quadros profissionais. A imprecisão profissional teria, então, vantagens consideravelmente maiores do que seus inconvenientes, como a fraqueza de um registro deontológico.

Podemos sempre nos perguntar se o raciocínio não está a ponto de tomar outros rumos. O jornalismo é hoje confrontado com a expansão de profissões capazes de inverter a direção do movimento da *frontier*. Encarregados da comunicação, redatores dos jornais de empresas e de coletividades locais constituem grupos em pleno crescimento que confundem a imagem do jornalismo, ocupam seu terreno, colocam em discussão uma independência que é também um valor central da profissão. O caos da oferta de informação na Internet pode devolver sentido à necessidade de uma forma de certificado de garantia para o profissionalismo dos jornalistas. Ao mesmo tempo, o crescimento de um exército de *freelancers* (ACCARDO, 1998) faz pesar sobre o jornalismo uma pressão salarial para baixo. Com os desvios deontológicos, a imagem da profissão se deprecia. Enfim, com 90% dos iniciantes diplomados em nível superior, o debate sobre o diploma só pode se fixar sobre sua natureza, não sobre sua existência. O balanço custo-benefício da imprecisão que sustenta a análise de Ruellan se põe em termos renovados. Eles podem suscitar na profissão uma reflexão sobre as vantagens que ela encontrará transformando a *frontier* em limite, sob a forma de um bilhete de entrada e de dispositivos de autocontrole das práticas.

II

O espaço dos jornalismo hoje

Este capítulo visa a construir o mapa de uma profissão, de suas evoluções e seus componentes. As premissas francesas se apóiam nos trabalhos conduzidos pela equipe do Centro de Pesquisas Administrativas e Políticas (CRAP) da cidade de Rennes e pelo parisiense Instituto de Formação Profissional, em 1999-2001, a partir de dados estatísticos disponíveis na Comissão da Carteira de Jornalista Profissional — CCIJP — (DEVILLARD, LAFOSSE et al., 2001; CRAP, 2001). Essa empreitada passará por uma revisão das grandes tendências, um panorama do submundo do jornalismo e, depois, por um ensaio de cartografia global.

Morfologia de uma profissão

A característica mais saliente do mundo jornalístico francês reside em sua expansão. A profissão triplica seu efetivo entre 1960 e 2000. O crescimento se realiza principalmente no período de 1980 a 1990, quando os detentores de carteira profes-